

Concessionária do VLT Carioca S.A.

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Concessionária do VLT Carioca S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório da Administração	1 - 6
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7 - 8
Balancos patrimoniais	09
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações do fluxo de caixa – método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14 - 41

Relatório da Administração

O ano de 2015 foi decisivo para o VLT Carioca e marcou a trajetória de todos que fazem parte da Companhia, assim como dos acionistas que asseguraram o andamento dos trabalhos e atividades dentro de elevado padrão de qualidade e eficiência, bem como o Poder Concedente que, como idealizador, tem total interesse que este projeto aconteça de forma segura e confiável.

As obras avançaram por toda a Avenida Rio Branco, uma das principais artérias do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, até o aeroporto Santos Dumont. Ao mesmo tempo, outras tantas frentes de obras, do bairro de Santo Cristo até a Av. Presidente Vargas, foram abertas e novos desafios foram superados.

Interferências diversas, interface com outras obras e achados arqueológicos, requisitaram ações da equipe de engenharia e implantação para propor soluções, visando mitigar os impactos no cronograma e no orçamento do empreendimento. Ocorreram, neste período, além do remanejamento de interferências, da implantação da laje de lastro de via, a construção das subestações alimentadoras e retificadoras, a instalação dos trilhos, dos Aparelhos de Mudança de Via (AMVs), a chegada dos cinco primeiros trens vindos da França e também o início da fabricação dos vinte sete trens nacionais, além da formação das primeiras turmas de condutores que, em regime de 24 horas, irão operar os 32 trens ao longo da via transportando até 300 mil pessoas diariamente.

O ano de 2016 se revela, ainda, mais promissor e desafiador, com a conclusão das obras, os testes elétricos e dinâmicos, bem como a circulação dos trens do VLT. A construção e entrega deste legado para a cidade maravilhosa, missão que nos foi dada e, em boa parte, já cumprida, vem garantir aos cidadãos e visitantes da Cidade do Rio de Janeiro um projeto inovador que irá conviver harmonicamente com o comércio, a população, bens tombados e com nosso patrimônio histórico e cultural.

1. Perfil da Companhia

A Concessionária do VLT Carioca S.A. foi criada em 7 de maio de 2013. A assinatura do contrato de Parceria Público Privada - PPP com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro aconteceu em 14 de junho do mesmo ano. Este contrato tem como objeto a concessão patrocinada para a prestação dos serviços, incluindo a realização das obras e fornecimento da rede prioritária, visando à implantação, operação e manutenção do sistema de Veículo Leve sobre Trilhos - VLT na região portuária e central do Rio de Janeiro.

A rede desempenhará a função de capilaridade, recebendo os usuários das redes troncais estruturantes e distribuindo-os nas diversas regiões que compõem a área central da cidade. O VLT permitirá a captação e distribuição dos usuários atendidos pelos modais rodoviário, aquaviário, metroviário, ferroviário e aeroportuário, contribuindo de forma significativa para a consolidação do conceito de rede de transporte integrada.

Os investimentos na Rede Prioritária incluem a construção e fornecimento de sistemas, material rodante, vias e edificações. As edificações a serem instaladas em razão da implementação do VLT podem ser classificadas em quatro grandes grupos: paradas, estações, Centro Integrado de Operação e Manutenção - CIOM e subestações.

Os locais onde serão instaladas as estações e paradas, bem como os intervalos entre os trens, foram definidos com base em estudos de aspectos funcionais de acessibilidade ao veículo, levando em consideração que essas serão as principais interfaces entre o usuário e o sistema de transporte. O prazo da concessão é de 25 anos contados a partir da Ordem de Início e inclui a implantação de duas etapas:

Etapa 1 - compreende o trecho entre a Rodoviária Novo Rio e o Aeroporto Santos Dumont, passando pela Avenida Rodrigues Alves, Cidade do Samba, Pier Mauá, Museu de Arte do Rio, Museu do Amanhã, Praça Mauá, Avenida Rio Branco, Candelária, Biblioteca Nacional, Teatro Municipal, Cinelândia, Beira Mar e Aeroporto Santos Dumont, incluindo o CIOM, localizado na Gamboa, no antigo pátio de manutenção da Rede Ferroviária Federal.

Etapa 2 - compreende o trecho entre a Rodoviária Novo Rio e a Praça XV, passando pela Via Binário, Morro da Providência, Central do Brasil, Praça da República, Rua da Constituição e Rua Sete de Setembro, chegando às Barcas. E o trecho entre a Gamboa e a Avenida Rodrigues Alves, passando pela Cidade do Samba e Rua Pedro Ernesto.

No âmbito das tecnologias de transportes urbanos disponíveis, o VLT se destaca como aquela que melhor atende os anseios dos usuários por ofertar serviço rápido, confortável, seguro e silencioso, além de operar como sistema não poluente e com baixos níveis de vibração. Deve-se destacar que o VLT do Rio será um dos primeiros do mundo desenvolvido totalmente sem catenárias, para a melhor integração urbanística, com menor impacto e interferência visual.

2. VLT Série CITADIS

A implantação da Rede Prioritária está orçada em R\$ 1,5 bi (data base dezembro de 2015), sendo que a Prefeitura aportará durante as obras R\$ 652 milhões (data base dezembro de 2015) a título de Aporte Público, desembolsados durante a implantação com base no cumprimento de Marcos Contratuais estabelecidos.

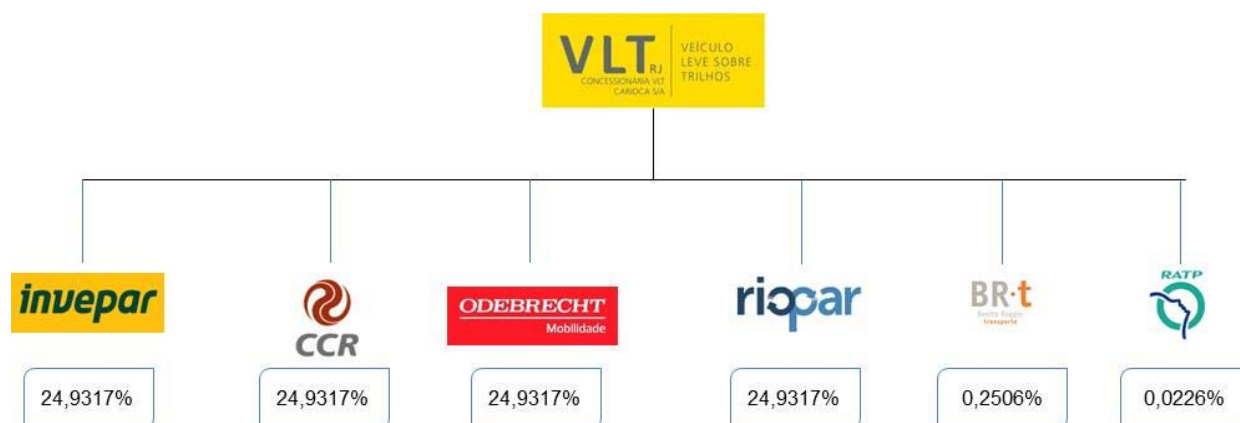


Fotografo: J.P. Engelbrecht

O Aporte Público provém do Orçamento Geral da União, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Mobilidade Grandes Cidades, conforme Termo de Compromisso assinado em 13 de junho de 2013 pela União Federal, representada pela Caixa Econômica Federal e pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Até o presente momento já foram aprovados pelo Poder Concedente 49 marcos contratuais, no montante de R\$ 221,4 milhões (data base dezembro de 2015).

3. Composição Acionária

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é:



4. Mercado

O VLT encontra-se em fase pré-operacional, atualmente a concessionária equacionou sua estrutura através de aportes do Poder Concedente e contratação de empréstimos como forma de financiar a construção do ativo objeto do contrato de concessão.

5. Investimentos

Os principais investimentos em fase de implantação estão divididos em obras civis, material rodante e sistemas. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2015 foram de R\$ 298,6 milhões (R\$ 152,6 milhões em 31 de dezembro de 2014).

6. Endividamento

No ano de 2015 a gestão financeira do VLT procurou assegurar os recursos necessários para a conclusão das obras e maximizar seu resultado financeiro. A posição da dívida em 31 dezembro de 2015 é de R\$ 641.559 mil.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
BNDES	641.559	-
Debêntures	-	333.798

Em 12 de novembro de 2015, o VLT celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES o contrato de financiamento, referente ao financiamento de longo prazo do projeto no valor de R\$ 746,5 milhões com prazo de 20 anos. Em 26 de novembro de 2015, o BNDES fez o primeiro desembolso no valor de aproximadamente R\$ 650 milhões.

7. Custos e despesas operacionais

Os principais custos e despesas realizados até 31 de dezembro de 2015 estão assim distribuídos:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Custos dos serviços prestados		
Custo de construção	(267.895)	(23.525)
Verba de fiscalização de obras	(4.323)	(4.323)
	<u>(272.218)</u>	<u>(27.848)</u>
Despesas operacionais		
Despesa com pessoal	(16.681)	(12.234)
Depreciação	(10)	(8)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.300)	(983)
Serviços	(15.364)	(10.990)
Outros	(6.264)	(3.802)
	<u>(39.619)</u>	<u>(28.017)</u>

8. Recursos humanos

Como parte da estratégia de Recrutamento e Seleção, em 2015 foram contratados os profissionais de liderança e especialistas de diversas áreas com objetivo de planejar a operação e manutenção do VLT, bem como recrutar e capacitar o quadro de pessoal necessário para o início das nossas atividades.

Como destaque da mobilização, tivemos em abril/2015 o processo seletivo de 28 profissionais para a fase de Operação: Condutor, Controlador de CCO e Supervisor.

Ao longo do processo seletivo recebemos mais de 500 currículos. Fizemos um processo seletivo criterioso, onde os candidatos passaram por várias etapas. Este processo de recrutamento foi concluído em junho de 2015 e os aprovados iniciaram a formação em agosto de 2015.

Além do desafio de habilitá-los para exercer o cargo, desse grupo vamos escolher os multiplicadores para treinar os futuros profissionais do VLT.

A formação desses profissionais foi estruturada da seguinte forma:

Treinamentos	Estimativa carga horária
Realização de treinamentos de integração	80h
Formação técnica – França	160h
Formação Alstom – SP	120h
Formação técnica interna	200h
Simulador	200h
Habilitação na via	120h
Formação Alstom em via	160h
Formação de multiplicadores e criação de material didático	120h

A previsão de término desse treinamento é Maio/2016.

No segundo semestre de 2015 contratamos alguns profissionais para a manutenção e iniciamos o mapeamento dos treinamentos para a formação desta equipe. Antes do treinamento formal, previsto para março de 2016, esses primeiros profissionais já estão acompanhando as fases de instalação e comissionamento.

Além da preocupação de formar nossos profissionais, estamos trabalhando em estratégias para compartilhamento do aprendizado. Para isso, estamos estruturando uma comunidade prática, que tem como objetivo criar um espaço para troca de experiências, compartilhamento de melhores práticas e armazenamento dos materiais didáticos. Adicionalmente, iniciamos a elaboração das trilhas de aprendizagem para identificar previamente os conhecimentos críticos dos principais cargos do VLT.

Dados comparativos quadro de pessoal:

Nível	Dez/2015	Dez/2014
Diretoria	4	4
Gerência	14	13
Coordenação	20	9
Supervisão	6	0
Especialista	50	33
Técnico	23	3
Adm/Operacional	34	8
Trainee	2	0
Aprendiz	2	0
Estagiário	11	2
TOTAL	166	72

9. Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o auditor independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras aqui representadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

10. Conselho de administração e diretoria

Gustavo Dantas Guerra	Conselheiro
Carlos Fernando Anastácio	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Carlos Castanho Junior	Conselheiro
Erik da Costa Breyer	Conselheiro
Luiz Claudio Cruz Marques	Conselheiro
Lélis Marcos Teixeira	Conselheiro
Carlos Eduardo Gonzalez Baldi	Diretor Presidente
Charles de Sirovy	Diretor Administrativo Financeiro
Augusto Leonardo Schein	Diretor de Engenharia e Operação
José Picolli Neto	Diretor de Planejamento

10. Considerações finais

As demonstrações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício com término em 31 de dezembro de 2015.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2016

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Concessionária do VLT Carioca S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do VLT Carioca S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.


Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.


Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do VLT Carioca S.A. (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8


Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC n°1 SP 276957/O-4

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

Balço patrimonial

em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	67.686	107.431	Debêntures	14	-	333.798
Ativo financeiro	7	205.505	140.658	Receitas diferidas	12	612.997	391.617
Impostos a recuperar		6.730	-	Contas a pagar com operações de derivativos	17	-	11.347
Contas a receber com operações de derivativos	17	11.138	567	Fornecedores		11.944	1.705
Despesas antecipadas e outros créditos		3.621	2.913	Contas a pagar - partes relacionadas	9	32	291
				Obrigações sociais e trabalhistas		5.709	4.788
				Obrigações com o poder concedente		-	360
				Impostos e contribuições a recolher		386	-
				Outras obrigações		370	1.077
Total do ativo circulante		294.680	251.569	Total do passivo circulante		631.438	744.983
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo							
Ativo financeiro	7	523.573	242.736	Contas a pagar com operações de derivativos	17	-	6.184
Impostos diferidos	8b	27.746	28.572	Financiamentos	13	641.559	-
Impostos a recuperar		-	2.272	Pis, Cofins e ISS diferido		796	1.158
Contas a receber com operações de derivativos	17	1.502	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	9	117	-
Depósitos judiciais		52	-				
				Total do passivo não circulante		642.472	7.342
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Imobilizado	10	5.785	1.851	Capital social		132.919	27.062
Intangível	11	498.187	195.590	Prejuízos acumulados		(61.945)	(39.033)
				Ajuste de avaliação patrimonial		6.641	(17.764)
Total do ativo não circulante		1.056.845	471.021			77.615	(29.735)
Total do ativo		1.351.525	722.590	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		1.351.525	722.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

em 31 de dezembro de 2015

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	16	318.862	32.971
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(267.895)	(23.525)
Verba de fiscalização de obras		(4.323)	(4.323)
Resultado bruto		46.644	5.123
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Custo com pessoal		(16.681)	(12.234)
Depreciação	10	(10)	(8)
Materiais, Equipamentos e Veículos		(1.300)	(983)
Serviços		(15.364)	(10.990)
Outros		(6.264)	(3.802)
		(39.619)	(28.017)
Resultado antes do resultado financeiro		7.025	(22.894)
Resultado financeiro líquido	17	(41.684)	(26.245)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(34.659)	(49.139)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	11.747	16.254
Prejuízo do exercício		(22.912)	(32.885)
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais - R\$)		(0,0949)	(0,5268)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

Demonstração do resultado abrangente

em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prejuízo líquido do exercício	(22.912)	(32.885)
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	33.671	(26.915)
Ativação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	3.307	-
Imposto de renda e contribuição social	(12.573)	9.151
	<u>24.405</u>	<u>(17.764)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.493</u>	<u>(50.649)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VLT CARIOCA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Subscrito	A integralizar			
Saldos em 1º de janeiro de 2014		62.420	(35.358)	(6.148)	-	20.914
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(32.885)	-	(32.885)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(17.764)	(17.764)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>62.420</u>	<u>(35.358)</u>	<u>(39.033)</u>	<u>(17.764)</u>	<u>(29.735)</u>
Integralização de capital	15a	-	35.358	-	-	35.358
Aumento de capital	15a	116.694	(46.195)	-	-	70.499
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(22.912)	-	(22.912)
Ajuste de avaliação patrimonial	15b	-	-	-	24.405	24.405
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>179.114</u>	<u>(46.195)</u>	<u>(61.945)</u>	<u>6.641</u>	<u>77.615</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VLT CARIOCA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(22.912)	(32.885)
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8a	(11.747)	(16.254)
Pis, Cofins e ISS diferidos		(362)	1.158
Depreciação	10	10	8
Juros e variação monetária sobre debêntures	17	67.176	37.141
Capitalização de custo de empréstimo	17	(7.951)	(248)
Resultado de operação com derivativos	17	-	6.510
Ajuste a valor presente - ativo financeiro	7	(51.497)	(9.698)
		(4.371)	18.617
Redução (aumento) dos ativos:			
Impostos a recuperar		(4.458)	(2.114)
Despesas antecipadas e outros créditos		(708)	(2.661)
Ativo financeiro	7	(472.557)	(373.696)
Recebimento ativo financeiro	7	178.370	-
Depósitos judiciais		(52)	-
(Redução) aumento dos passivos:			
Fornecedores		21.979	1.704
Outras obrigações		(590)	1.077
Contas a pagar - partes relacionadas	9	(259)	291
Impostos e contribuições a recolher		386	-
Obrigações sociais e trabalhistas		921	4.200
Receitas diferidas	12	221.380	391.617
Obrigações com o poder concedente		(360)	(721)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(83.231)	5.429
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Liquidação da operação com derivativos	17	4.114	(9.001)
Aquisição do ativo imobilizado	10	(3.944)	(1.819)
Aquisição do ativo intangível	11	(303.079)	(150.740)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(302.909)	(161.560)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital social	15	105.857	-
Financiamentos e debêntures			
Captações	13 e 14	837.521	297.839
Pagamentos principal	13 e 14	(506.865)	(80.000)
Pagamento de juros	13 e 14	(90.118)	(2.431)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		346.395	215.408
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		(39.745)	59.277
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	6	107.431	48.154
No final do exercício	6	67.686	107.431
		(39.745)	59.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Em 14 de junho de 2013, a Companhia do VLT Carioca S.A. (VLT), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de maio de 2013, assinou o contrato de concessão em regime de parceria público-privada – PPP na modalidade de concessão patrocinada dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), na região portuária e central do Rio de Janeiro. O VLT permitirá a integração dos usuários atendidos pelos modais (rodoviário, aquaviário, metroviário, ferroviário e aeroportuário), contribuindo para consolidação do conceito de rede de transporte integrada.

A concessão tem um prazo de 25 anos e contará com 29 paradas e 03 estações e cerca de 28 quilômetros de vias. O início das operações está previsto para abril de 2016

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

b) *Apuração do resultado*

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

c) *Receitas de serviços*

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

d) *Instrumentos financeiros*

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa.

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A nota explicativa nº 18 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que (i) seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que (ii) possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “*Hedge accounting*”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “p”.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

m) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão ferroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização.

q) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação ser torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hedge</i>	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes	(b)

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 04 de fevereiro de 2016, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota

2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
8b	Impostos diferidos
10	Depreciação do ativo imobilizado
18	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Ativos e passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de NDF (*non deliverable forward*), que visam à proteção contra riscos cambiais.

Operações de NDF

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) **Risco de crédito**

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) **Risco de taxas de juros e inflação**

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nos 6, 13, 14 e 18.

c) **Risco de taxas de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previsto em contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures.

Os compromissos futuros relacionados aos investimentos e liquidação de obrigações financeiras, serão honrados através de captação adicional no mercado financeiro e ou aportes adicionais de capital dos investidores, além da geração de receita com o início da operação comercial em 2016.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos	8.715	36.145	36.145	560.554

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 336.758, substancialmente composto por financiamentos a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº. 13.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e bancos	147	23
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	3.716	-
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	63.823	107.408
	<u>67.686</u>	<u>107.431</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,93% do CDI, equivalente a 13,49% ao ano (10,83% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2014).

7. Ativo financeiro

	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Ajuste a valor presente	Saldo final
Circulante					
Aporte público e contraprestação pecuniária - parcela fixa (i) (ii)	140.658	224.562	(178.370)	18.655	205.505
	<u>140.658</u>	<u>224.562</u>	<u>(178.370)</u>	<u>18.655</u>	<u>205.505</u>
Não circulante					
Contraprestação pecuniária - parcela fixa (ii)	242.736	247.995	-	32.842	523.573
	<u>242.736</u>	<u>247.995</u>	<u>-</u>	<u>32.842</u>	<u>523.573</u>

O ativo financeiro refere-se ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pela implantação da infraestrutura. É reconhecido inicialmente a valor justo pela taxa efetiva de recomposição de 8,47% ao ano, sendo constituído à medida do aumento percentual de evolução física de implantação da infraestrutura. O Poder Concedente, por meio da CDURP – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto, conta com a garantia pública prestada pelo Fundo de Investimento Imobiliário (FII-VLT).

O recebimento será da seguinte forma: (i) aporte público: ao término da implantação de cada marco operacional, conforme descrito no contexto operacional, e (ii) contraprestação pecuniária – parcela fixa: após o início das operações e mensalmente até o término da concessão.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de recebimento – contraprestação pecuniária

	<u>2015</u>
2017	49.091
2018	45.258
2019	41.724
2020	38.465
2021 em diante	<u>349.035</u>
	<u>523.573</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(34.659)	(49.139)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>11.784</u>	<u>16.707</u>
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Outros	<u>(37)</u>	<u>(453)</u>
Crédito de imposto de renda e contribuição social	<u>11.747</u>	<u>16.254</u>
Impostos diferidos	<u>11.747</u>	<u>16.254</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>33%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bases ativas:		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	34.689	14.586
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei nº. 11.638/07	26.537	11.448
Pis e Cofins sobre receita de construção e remuneração	225	346
<i>Hedge accounting</i>	-	5.449
PLR	708	461
	<u>62.159</u>	<u>32.290</u>
Bases passivas:		
Receita de construção	(4)	-
Receita de remuneração	(20.805)	(3.297)
<i>Hedge accounting</i>	(5.688)	-
Juros capitalizados	(2.774)	(84)
Custo de transação	(5.126)	-
Valor justo operação <i>hedge</i>	(16)	(29)
Pis, Cofins e ISS sobre receita de construção	-	(308)
	<u>(34.413)</u>	<u>(3.718)</u>
Ativo diferido líquido	<u>27.746</u>	<u>28.572</u>

- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2016	4.344
2017	6.340
2018	6.007
2019	6.920
de 2020 em diante	<u>11.078</u>
	<u>34.689</u>

9. Partes relacionadas

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados do exercício de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia e as outras partes relacionadas e profissionais chave da administração, podem ser assim demonstradas.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2015		
	Transações	Saldos	
		Passivo	
Serviços prestados	AFAC	Fornecedores	
Controladora			
CCR (a)	512	-	32
Outras partes relacionadas			
BRT - Benito Roggio Transp.	-	117	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2015	512	-	32
Total não circulante, 31 de dezembro de 2015	-	117	-
Total, 31 de dezembro de 2015	512	117	32
Total, 31 de dezembro de 2014	513	-	291

(a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês.

Despesas com profissionais-chave da administração:

	2015	2014
		(Reapresentado) (c)
Remuneração (b)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	3.586	3.200
Outros benefícios:		
Previdência privada	277	149
Seguro de vida	8	-
	3.871	3.349

Saldos a pagar aos profissionais-chave da administração

	2015	2014
		(Reapresentado) (c)
Remuneração dos administradores (b)	64	40

Na AGO realizada em 29 de abril de 2015 foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia em até R\$ 3.801, a qual não inclui encargos sociais.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração, registrados no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas..

(c) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social para melhor apresentação.

10. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Saldo inicial	Saldo final
Máquinas e equipamentos	46	-	46	46
Imobilizações em andamento	1.814	3.944	5.758	5.758
	<u>1.860</u>	<u>3.944</u>	<u>5.804</u>	<u>5.804</u>

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Saldo inicial	Saldo final
Máquinas e equipamentos	41	5	46	46
Imobilizações em andamento	-	1.814	1.814	1.814
	<u>41</u>	<u>1.819</u>	<u>1.860</u>	<u>1.860</u>

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2014		2015	
		Saldo inicial	Adições	Saldo inicial	Saldo final
Máquinas e equipamentos	20	(9)	(10)	(19)	(19)
		<u>(9)</u>	<u>(10)</u>	<u>(19)</u>	<u>(19)</u>

	Taxa média anual de depreciação %	2013		2014	
		Saldo inicial	Adições	Saldo inicial	Saldo final
Máquinas e equipamentos	20	(1)	(8)	(9)	(9)
		<u>(1)</u>	<u>(8)</u>	<u>(9)</u>	<u>(9)</u>

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo Intangível

Movimentação do custo

	2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura	8.458	38.355	46.813	
Adiantamento à fornecedor para adição de intangível	187.132	264.242	451.374	
	<u>195.590</u>	<u>302.597</u>	<u>498.187</u>	

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferência (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	5.775	26.923	(24.240)	8.458
Adiantamento à fornecedor para adição de intangível	-	187.132	-	187.132
	<u>5.775</u>	<u>214.055</u>	<u>(24.240)</u>	<u>195.590</u>

(a) Reclassificação do ativo intangível para o ativo financeiro.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de debêntures e financiamentos de R\$ 7.951 em 2015 (R\$ 248 em 2014). A taxa média de capitalização em 2015 foi de 7,32% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures).

Foram acrescidos aos ativos intangíveis custos de *hedge accounting* no montante de R\$ 3.307 no ano de 2015.

12. Receitas diferidas

O saldo de receitas diferidas no passivo circulante, conforme contrato de concessão, no montante de R\$ 612.997 (R\$ 391.617 em 31 de dezembro de 2014), refere-se a receitas de construção da infraestrutura ainda não realizada.

13. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais'	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorrido	Saldo do custo a apropriar em 31/12/2015	Vencimento final	2015
BNDES - FUNDO CLIMA	6,14% a.a	N/I	-	-	Novembro de 2035	29.254 (b)
BNDES - FINEM A	TJLP + 3,44% a.a	3,8169%	14.800	14.622	Novembro de 2035	456.560 (b)
BNDES - FINEM B	TJLP + 3,44% a.a	N/I	-	-	Novembro de 2035	155.745 (b)
						<u>641.559</u>
Não Circulante						
Financiamentos						656.181
Custos de transação						<u>(14.622)</u>
						<u>641.559</u>
						<u>641.559</u>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias (b):

- cessão fiduciária da conta suporte de titularidade de cada Patrocinador (“Conta Suporte”);
- cessão fiduciária pela Companhia da Conta Vinculada, Conta Reserva e Conta Seguradora, todas de sua titularidade, conforme definidas no Contrato de Financiamento;
- penhor de ações; e
- cessão fiduciária dos direitos emergentes da Concessão, com exceção do Aporte Público, conforme detalhados abaixo.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2015</u>
2017	8.715
2018	36.145
2019	36.145
2020	36.145
2021 em diante	<u>539.031</u>
	<u><u>656.181</u></u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas.

Em 12 de março de 2015, foi assinado contrato de empréstimo ponte junto ao BNDES, no valor total de R\$ 194.780 mil, com vencimento em 15 de setembro de 2016 ou na data de recebimento da 1ª parcela do crédito de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro. Esta dívida é remunerada pela TJLP + 3,28% a.a com fiança corporativa proporcional a participação dos sócios CCR, Invepar, Odebrecht Mobilidade e Riopar..

Em 27 de março de 2015, ocorreu a liberação do valor total do empréstimo ponte, nas condições apresentadas acima.

Em 12 de novembro de 2015, foi assinado o contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, no valor total de R\$ 746.548, com vencimento em 15 de novembro de 2035, sendo R\$ 512.180 do Subcrédito A, R\$ 35.300 do Subcrédito B e R\$ 199.068 do Subcrédito C.

Sendo assim, em 24 de novembro de 2015, após cumpridas todas as condições para liberação do crédito, ocorreu o 1º desembolso, no valor de R\$ 214.456 para a quitação do empréstimo ponte do BNDES, e no dia 26 de novembro de 2015 ocorreu o 2º desembolso no valor de R\$ 435.540, totalizando R\$ 649.996 desembolsados.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os subcréditos A e C serão remunerados pela TJLP + 3,44% a.a. e o Subcrédito B pela taxa fixa de 6,14% a.a. O principal será pago em parcelas mensais entre 15 de dezembro de 2017 e 15 de novembro de 2035. Os juros serão capitalizados trimestralmente até 15 de novembro de 2017 e serão exigíveis mensalmente com as parcelas de amortização do principal.

O financiamento contará com as seguintes garantias: **(a)** cessão fiduciária (i) do direito do VLT ao recebimento da totalidade da receita tarifária e da contraprestação pecuniária, (ii) dos direitos do VLT em face do Município do Rio de Janeiro e da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP, emergentes do Contrato de PPP, exceto os valores relativos ao Aporte Público, (iii) dos direitos creditórios detidos pelo VLT contra o Banco Santander (Brasil) S/A, banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes nas contas correntes cedidas, (iv) dos bens e direitos creditórios do VLT oriundos do Contrato de Cessão Fiduciária de Cotas e de Direitos Creditórios do Caixa Fundo de Investimento Imobiliário VLT – FII, (v) dos direitos creditórios do VLT oriundos do Contrato de Movimentação da Conta Específica, firmado entre CDURP, o VLT e a CEF, (vi) dos direitos creditórios do VLT oriundos do Contrato de Fornecimento do Material Rodante e Sistemas, firmado entre Alstom e VLT, (vii) dos direitos creditórios do VLT oriundos do Contrato de Delegação a ser celebrado entre o VLT e a Entidade Arrecadadora, a ser contratada, (viii) dos direitos creditórios da CCR S/A, da Riopar Participações S/A, da Odebrecht Transport S/A e da Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – Invepar (em conjunto denominadas Patrocinadoras) em face do Banco Santander (Brasil) S/A, banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes nas contas de sua titularidade; e **(b)** penhor em primeiro grau de todas as ações representativas do capital social do VLT de titularidade da CIIS – Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços, da Riopar Participações S/A, da Odebrecht Mobilidade S/A e da Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - Invepar.

Adicionalmente, o financiamento contará com suporte das acionistas Invepar, CCR, Odebrecht Transport e Riopar Participações na qualidade de patrocinadoras, sendo as obrigações definidas em 25% para cada patrocinador e, não solidárias entres elas.

As patrocinadoras serão exoneradas das obrigações quando atendidas cumulativamente, as seguintes condições principais: (i) patrimônio do Fundo de Investimento Imobiliário VLT – FII igual ou maior a R\$ 500 milhões; (ii) observação, a partir do 2º exercício completo de operação, de ICSD \geq 1,3 verificada nas demonstrações anuais, (iii) observação da relação PL/Ativo maior ou igual a 20%. A cada exercício com ICSD \leq 1,1, as obrigações de suporte serão estendidas por mais um ano. Ao final do ano de 2025, as obrigações de suporte serão extintas desde que, no exercício de 2024, tenham sido cumpridas as condições (ii) e (iii), ainda que a condição (i) não tenha sido cumprida.

Durante toda a vigência do contrato de financiamento longo prazo, o VLT não poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas ou a qualquer outra empresa integrante do seu grupo econômico do qual o VLT faça parte, sob a forma de dividendos, à exceção dos dividendos mínimos legais, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida, redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título, bem como pagamentos referentes a contratos com empresas do grupo econômico, exceto pelos contratos já negociados com o BNDES, caso ICSD seja inferior a 1,3.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Debêntures

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)</u>	<u>Custo de transação incorrido</u>	<u>Saldo do custo a apropriar 2015</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Itaú BBA S.A.	100% do CDI + 3% a.a	1,9263%	3.320	-	Janeiro de 2016	-	333.798 (a)
						-	333.798
Circulante							
Debêntures						-	334.641
Custos de transação						-	(843)
						-	333.798

Garantias:

(a) Fidejussória dos acionistas.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Em 28 de julho de 2015, foi realizado o Segundo aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de debêntures simples, da espécie da garantia real, com garantia fiduciária adicional, em série única.

O aditivo contou com as principais alterações:

- Prorrogação da data de vencimento das debêntures para 26 de janeiro de 2016;
- Alteração da Remuneração das debêntures, passando para CDI + 3,00% a.a.;
- Alteração da periodicidade do pagamento da Remuneração das debêntures que passará a ser realizada em duas parcelas, com vencimentos em 30 de julho de 2015 e na nova data de vencimento ou na data de resgate antecipado obrigatório;
- Substituição do Contrato de Suporte das Acionistas pela fiança proporcional outorgada por cada uma das Garantidoras e pela Carta de Garantia Mitsui & CO. Ltda;
- Liberação do Contrato de Conta Vinculada – Emissora;
- Alteração do Prêmio de Resgate Antecipado Obrigatório, do prêmio de Resgate Antecipado Facultativo e do prêmio de Amortização Antecipada Facultativa;
- Alteração das hipóteses de vencimento antecipado, das obrigações assumidas na Escritura de emissão e das declarações e garantias prestadas na Escritura de Emissão de forma a contemplar as Garantidoras e a Mitsui & CO. Ltda em determinadas hipóteses.

Em 27 de novembro de 2015 foi realizado o resgate antecipado total da 1ª emissão de debêntures simples.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 18 de setembro de 2015 os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia no montante de até R\$ 116.694. Em 20 de novembro de 2015, o capital social passou a ser de R\$ 179.114 representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal no valor de R\$ 0,26 cada, assim distribuídas:

	2015		2014	
	Participação acionária	Quantidade de ações	Participação acionária	Quantidade de ações
CIIS-Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços	24,9317%	172.157.464	24,8750%	15.526.950
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	24,9317%	172.157.464	24,8750%	15.526.950
Odebrecht Mobilidade S.A. - OTP	24,9317%	172.157.464	24,8750%	15.526.950
Riopar Participações S.A.	24,9317%	172.157.464	24,8750%	15.526.950
Ratp do Brasil Operações, Participações e Prestação de Serviços para Transporte Ltda	0,0226%	156.050	0,2500%	156.050
Benito Roggio Transporte S.A. - BRT	0,2506%	1.730.232	0,2500%	156.050
Total	100,0000%	690.516.138	100,0000%	62.419.900

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de:

- *Hedge* de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado será transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas.

c) Resultado por ação

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2015	2014
Numerador		
Prejuízo líquido	(22.912)	(32.885)
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	241.384	62.420
Prejuízo por ação - básico e diluído em R\$	(0,0949)	(0,5268)

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receitas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita de construção	16.813	-
Receita de construção - aporte e contraprestação pecuniária	250.190	24.431
Receita de remuneração dos ativos da concessão	51.497	9.698
Receita bruta	<u>318.500</u>	<u>34.129</u>
Impostos sobre as receitas	362	(1.158)
Receita líquida	<u><u>318.862</u></u>	<u><u>32.971</u></u>

17. Resultado Financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(66.064)	(35.733)
Perda com operações de derivativos	-	(7.734)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(3.286)	(2.272)
Capitalização de custos dos empréstimos	7.951	248
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(1.112)	-
	<u>(62.511)</u>	<u>(45.491)</u>
Receitas financeiras	(a)	
Rendimento sobre aplicações financeiras	19.105	9.327
Juros e outras receitas financeiras	1.722	8.695
Ganhos com operações de derivativos	-	1.224
	<u>20.827</u>	<u>19.246</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(41.684)</u></u>	<u><u>(26.245)</u></u>

(a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras de R\$ 404.

18. Instrumentos Financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos (alto risco de variação).

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2015			2014		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	67.539	-	-	107.408	-	-
Ativo financeiro	-	729.078	-	-	383.394	-
Contas a receber de operações com derivativos	12.640	-	-	567	-	-
Passivos						
Fornecedores	-	-	(11.944)	-	-	(1.705)
Financiamentos (a)	-	-	(641.559)	-	-	-
Debêntures (a)	-	-	-	-	-	(333.798)
Contas a pagar de operações com derivativos	-	-	-	(17.531)	-	-
Partes Relacionadas - AFAC	-	-	(117)	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(32)	-	-	(291)
	<u>80.179</u>	<u>729.078</u>	<u>(653.652)</u>	<u>90.444</u>	<u>383.394</u>	<u>(335.794)</u>

(b) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2015		2014	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	-	-	334.641	337.374

(a) Valores brutos dos custos de transação;

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas e privadas (ex.: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Aplicações financeiras	67.539	107.408
Derivativos	12.640	(16.964)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos têm por objetivo a proteção do fluxo de caixa contra variações cambiais dos saldos a pagar aos fornecedores estrangeiros na aquisição do material rodante e sistemas principalmente, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio de resultado ou diretamente no patrimônio líquido nos casos de *hedge* de fluxo de caixa.

Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram negociados em mercado de balcão.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Companhia:

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)				Valor Justo		Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado				Resultado				
				Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Valores a receber/ (recebidos)		Valores a pagar/ (pagos)		Ganho / (Perda) em resultado		Ganho / (Perda) em resultado abrangente		
				2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
NDFs																				
Posição ativa	BTG Pactual	14/11/2013	04/01/2016	EUR	2.966	2.966	12.607	9.571	1.163	(788)	-	-	1.163	-	-	(788)	-	(137)	1.951	(715)
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de Euro de R\$ 3,8580																
Posição ativa	BTG Pactual	14/11/2013	01/02/2016	EUR	2.345	2.345	9.967	7.567	1.109	(620)	-	-	1.109	-	-	(620)	-	(109)	1.729	(559)
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de Euro de R\$ 3,8905																
Posição ativa	BTG Pactual	14/11/2013	02/05/2016	EUR	1.795	1.795	7.629	5.792	865	(475)	-	-	865	-	-	(475)	-	(91)	1.340	(419)
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de Euro de R\$ 3,9930																
Posição ativa	BTG Pactual	14/11/2013	01/06/2016	EUR	6.546	6.546	27.823	21.124	3.168	(1.727)	-	-	3.168	-	-	(1.727)	-	(342)	4.895	(1.523)
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de Euro de R\$ 4,0270																
Posição ativa	BTG Pactual	14/11/2013	03/10/2016	EUR	6.777	6.777	28.805	21.869	3.342	(1.808)	-	-	3.342	-	-	(1.807)	-	(382)	5.149	(1.558)
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de Euro de R\$ 4,1720																
Posição ativa	BTG Pactual	14/11/2013	03/04/2017	EUR	2.872	2.872	12.207	9.268	1.502	(766)	-	-	1.502	-	-	(766)	-	(168)	2.268	(628)
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de Euro de R\$ 4,3890																
Posição ativa	BTG Pactual	30/11/2015	04/01/2016	EUR	21.807	-	92.688	-	1.491	-	-	-	1.491	-	-	-	-	-	1.491	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de Euro de R\$ 4,1820																
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2015					45.108	23.301	191.726	75.191	12.640	(6.184)	-	-	12.640	-	-	(6.183)	-	(1.229)	18.823	(5.402)
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE NO EXERCÍCIO DE 2015 E 2014					-	-	-	-	-	(10.781)	4.114	(9.001)	-	567	-	(11.348)	-	(5.281)	14.848	(21.513)
TOTAL DAS OPERAÇÕES					12.640	(16.965)	4.114	(9.001)	12.640	567	-	(17.531)	-	(6.510)	-	33.671	(26.915)			

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção (não designados como hedge accounting)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Riscos cambiais	-	(6.510)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Risco	Efeito em R\$ no resultado abrangente		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Compromissos em Euro	Abril de 2017	191.727	Aumento da cotação do Euro	-	(53.489)	(101.421)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Abril de 2017	(191.727)	Diminuição da cotação do Euro	-	53.489	101.421
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
Moedas em 31/12/2015:						
		Euro		4,2504	5,3130	6,3756

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2016 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Risco	Vencimento até	Exposição em R\$ ⁽²⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
BNDES	Aumento da TJLP	Novembro de 2035	626.927	(66.598)	(77.772)	(88.949)
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(66.598)</u>	<u>(77.772)</u>	<u>(88.949)</u>
As taxas de juros consideradas foram: ⁽¹⁾						
	TJLP ⁽²⁾			7,00%	8,75%	10,50%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 31 de dezembro de 2015, divulgada pelo BNDES;

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia assumiu os compromissos de investimentos de acordo com seu contrato de concessão a serem cumpridos até o final do prazo da concessão, no montante de R\$ 308.513 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 524.122 em 31 de dezembro de 2014).

20. Demonstrações dos fluxos de caixa

Efeito nas demonstrações financeiras em referência, que não afetaram o caixa no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2015</u>
Fornecedores	11.740
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>11.740</u>
Adições ao ativo intangível	(11.740)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(11.740)</u>

* * *

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Gustavo Dantas Guerra	Conselheiro
Carlos Fernando Anastácio	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Carlos Castanho Junior	Conselheiro
Erik da Costa Breyer	Conselheiro
Luiz Claudio Cruz Marques	Conselheiro
Lélis Marcos Teixeira	Conselheiro

Composição da Diretoria

Carlos Eduardo Gonzalez Baldi	Diretor Presidente
Charles de Sirovy	Diretor Administrativo Financeiro
Augusto Leonardo Schein	Diretor de Engenharia e Operação
José Picolli Neto	Diretor de Planejamento

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC SP129452/O-3 S/RJ.